

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	13
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	15
10.8 - Plano de Negócios	16
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A EMAE atua no mercado brasileiro, na atividade de geração do setor de energia elétrica, portanto esta sujeita aos efeitos da política econômica e monetária do Governo, que no passado recente adotou mudanças drásticas e repentinas em suas políticas para controlar a inflação, realizadas por meio de alterações nas taxas de juros, no controle de câmbio, de tarifas, do consumo de eletricidade e de alteração na política fiscal e tributária, dentre outras.

A Empresa não tem como prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro para manter o crescimento e a estabilidade econômica do país, assim está sujeita a fatores de riscos de mercado que podem adversamente afetar o resultado de suas operações, a situação financeira e suas perspectivas, tais como:

Risco cambial

Baixo impacto devido a EMAE não possuir passivos ou ativos em moeda estrangeira. As oscilações cambiais do Real em relação a moedas estrangeiras, como a valorização da moeda brasileira derivada da crise financeira internacional e da volatilidade da economia global, poderão criar pressões inflacionárias e afetar negativamente as operações da Empresa.

Riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros

A EMAE pode ser impactada com aumento de suas despesas financeiras por flutuações nas taxas de juros e inflação relativas a empréstimos e financiamentos. Entretanto, com a atual tendência sinalizada pelo Banco Central de redução da taxa SELIC, a expectativa é de baixo risco. Em 31 de dezembro de 2011, no aspecto endividamento financeiro da Empresa, o saldo de R\$ 27.654 mil era corrigido com base na variação da Taxa DI e R\$ 66.979 mil baseado na variação do IGP - DI ou Taxa Referencial – TR.

Riscos de mudanças na economia global e nos mercados emergentes

A obtenção, pela EMAE, de recursos junto a instituições financeiras ou por meio de emissão de títulos e valores mobiliários poderá ser influenciada, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes, bem como pelas reações dos investidores com relação à percepção de incertezas às mudanças nas condições econômicas globais.

Eventuais dificuldades da EMAE na obtenção de recursos poderão postergar a realização de novos empreendimentos voltados à ampliação da capacidade de produção ou mesmo representar um aumento nos custos de captação, com efeito adverso nos resultados financeiros e operacionais da Empresa.

Atualmente, encontra-se em implantação a PCH Pirapora, pela Pirapora Energia S. A., SPE subsidiária integral da EMAE, com colaboração financeira do BNDES.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A EMAE não possui política de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alteração significativa nos principais riscos de mercado a que a EMAE está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A EMAE tem características que a tornam peculiar em relação às empresas brasileiras de geração de energia elétrica, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros usos como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer.

Ademais, decorrente da restrição ambiental que impede a operação contínua de reversão das águas dos rios Pinheiros e Tietê para o Reservatório Billings, definida no âmbito da Constituição do Estado de São Paulo, a produção atual de energia bem como a garantia física da UHE Henry Borden restam prejudicadas, situando-se bem aquém daquelas verificadas em períodos anteriores à vigência da mencionada restrição, apresentando *fator de capacidade* muito inferior à média verificada nas usinas hidrelétricas em operação no país.

Por outro lado, a demanda do mercado de energia elétrica ainda sofre os impactos da crise financeira mundial que provocou forte retração da economia, com a desaceleração do consumo de energia industrial no Brasil. Pelo lado da oferta, observou-se a consolidação das energias renováveis, principalmente a de origem eólica, o que possibilitou a redução dos preços praticados nos leilões promovidos no ambiente regulado.

Diante do exposto, em 2011, para manter-se no caminho da consolidação de seu equilíbrio econômico-financeiro, iniciado a partir do arrendamento de sua usina termelétrica em 2008, a EMAE atuou mais incisivamente na redução de custos, visando adequá-los às suas receitas.

Todavia, considerando a decisão da Diretoria da ANEEL, em 06 de março de 2012, de encaminhar ao MME o requerimento de prorrogação das concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes com parecer favorável por mais 20 anos, a Administração efetuou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado em suas operações futuras, que provocou impacto significativo sobre o valor do Ativo Imobilizado vinculado à Usina Henry Borden e refletiu no resultado do exercício de 2011.

Nesse contexto, considerando o citado ajuste ao valor recuperável do ativo imobilizado, a EMAE encerrou o exercício de 2011 registrando prejuízo de R\$ 40.815 mil, frente a um lucro líquido de R\$ 13.974 mil alcançado no exercício de 2010. No entanto, vale ressaltar que em 31 de dezembro de 2011 a Empresa tinha uma posição de caixa de R\$ 69.702 mil e uma dívida líquida [(Passivo circ. + Exig. LP) - (Ativo circ. + Realiz LP)] negativa de R\$ 262.409 mil, suficientes para garantir a continuidade normal de suas atividades e para cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da EMAE, mensurada pelo índice de capitalização [(Patrimônio Líquido)/(Ativo Total)], vem apresentando, nos últimos três exercícios, níveis conservadores de alavancagem, em torno de 0,7. A dívida financeira da EMAE, que tem apresentado redução periódica, apresenta um saldo atualizado de R\$ 75.488 mil, sendo composta por um FIDC e pelo contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, respectivamente com vencimentos em maio de 2012 e março de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGE de 29 de abril de 2011, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal. Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2011 eram os seguintes:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtdde de Ações	%	Qtdde de Ações	%	Qtdde de Ações	%
Estado de São Paulo	14.354.538	97,6%	52.068	0,2%	14.406.606	39,0%
Cia Metropolitana de SP - METRO	350.832	2,4%			350.832	0,9%
Sub-Total	14.705.370	100,0%	52.068	0,2%	14.757.438	39,9%
Centrais Elétrica Brasil S.A. - ELETROBRAS			14.416.333	64,8%	14.416.333	39,0%
Demais			7.773.313	34,9%	7.773.313	21,0%
Sub-Total			22.189.646	99,8%	22.189.646	60,1%
Total Geral	14.705.370	100,0%	22.241.714	100,0%	36.947.084	100,0%

i. hipóteses de resgate**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria, com base nas obrigações advindas da operação de financiamento pelo BNDES para implantação da PCH Pirapora, na análise do endividamento, nas despesas correntes e de capital e nas receitas operacionais, financeiras e não operacionais, infere que a Empresa tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo. Não obstante, em caso de necessidades adicionais, recursos poderão ser obtidos por meio de empréstimos bancários, de operação de cessão de créditos, ou por distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

- Alienação de imóveis não operacionais, tais como: imóvel localizado no Bairro Pedreira, em São Paulo, alienado em 2009, por R\$ 20 milhões; em 2010, dois imóveis localizados no município de Guaratinguetá, por R\$ 3 milhões, e na rua Castro Verde, em São Paulo, por R\$ 1 milhão; e, em 2011, três imóveis localizados na Av Alcides Sangirardi, em São Paulo, por R\$ 16 milhões, na Av Autonomistas, em Osasco, por R\$ 7,5 milhões, e na rua Paulo Fontainha Geyser, em Cubatão, por R\$ 3,9 milhões.
- Reestruturação dos compromissos com a Fundação CESP, repactuando, em dezembro de 2009, o contrato de reserva matemática para efetuar pagamento somente dos juros incidentes durante 30 meses, adicionando essas parcelas ao final do período de amortização do contrato.
- Cessão de créditos de parte do contrato com o DAEE em favor da CESP, no montante de R\$ 32 milhões, para a contrapartida prevista na operação de financiamento aprovada pela Diretoria do BNDES em 17 de janeiro de 2012, visando a construção da PCH Pirapora.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Além da venda de outros imóveis não operacionais, a Empresa pode acessar os mercados financeiros e de capitais brasileiros para atender eventuais necessidades de liquidez. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos internos, emissão de notas promissórias comerciais e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.

Operacionalização do financiamento BNDES para a Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2009, 2010 e 2011 em R\$ mil:

Descrição	2009	2010	2011	Encargos
Fundo Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	43.156	27.654	8.509	DI - Depósito Interfinanceiro + 1,5% a.a.
Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional saldato	87.727	76.136	66.979	IGP-DI + 5,25% a.a.
Cessão de Créditos com o DAEE para a CESP	14.606	11.050	31.598	CDI + 0,3% a.m.

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios EMAE – ENERGIA foi constituído em 29 de maio de 2007 no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, com prazo de 5 anos e amortização mensal. O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, assinados com 34 distribuidoras de energia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças

Partes: EMAE e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios EMAE – Energia

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Condição Suspensiva (evento liquidação)
- Falência ou rescisão qualquer das Distribuidoras Cedidas, que representem mais que 2% da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 Períodos de Disponibilidade: Condição Suspensiva (evento de liquidação)
- Término, intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da EMAE: Condição Suspensiva (evento de liquidação)

Cessão de créditos com o DAEE para a CESP.

Não há restrições

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- Com as mudanças nos procedimentos contábeis, a partir de 2009 as parcelas do arrendamento da UTE Piratininga deixaram de ser registradas como receita operacional, passando a atualização do saldo a ser registrada como Receita Financeira.
- As parcelas recebidas pelo arrendamento, independentemente de serem classificadas como venda financiada e mesmo não sendo registradas como receita, compõem a base de cálculo para fins de recolhimento do Pis/Pasep e Cofins.
- O saldo em depósitos vinculado registrado no passivo circulante, do exercício de 2011, refere-se aos recursos liberados pelo Governo do Estado de São Paulo para a realização da adequação da calha e desassoreamento do Canal Pinheiros.
- A provisão para compromissos socioambientais, no passivo não circulante, corresponde à estimativa de custo para a disposição final do lodo oriundo dos testes de tratamento do Rio Pinheiros em aterro licenciado.
- Ajuste no saldo do ativo imobilizado da UHE Henry Borden de R\$ 61 milhões, efetuado com base em estudos internos realizados para horizonte de 20 anos, garantia firme e preços de energia praticados no mercado, reconhecido por meio da constituição para perdas em contrapartida ao resultado do exercício, de acordo com o CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos.
- O aumento no saldo de caixa e equivalente de caixa, do ativo circulante de 2011, considera os recursos liberados para as obras do Canal Pinheiros e a antecipação dos créditos do DAEE, efetuado com a CESP, destinado a integralização no capital social da Pirapora Energia S.A..
- Em 2011 o aumento nos gastos com pessoal decorreu, principalmente, dos pagamentos das verbas rescisórias de 80 desligamentos efetivados durante o ano.
- A reavaliação atuarial no contrato de reserva matemática ocasionado pela redução na taxa de juros de 5,75% para 5,25% ao ano resultou no aumento das despesas, em 2011, com o fundo de pensão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

RECEITA OPERACIONAL	2011	2010	2009
Fornecimento de energia elétrica	26.116	21.979 ⁽¹⁾	27.096
Suprimento de energia - leilão	102.286	96.859 ⁽²⁾	83.083
Suprimento de energia - comercializadores	2.918	3.963 ⁽¹⁾	44.369
Energia de curto prazo - CCEE	31.449 ⁽⁴⁾	20.337 ⁽³⁾	15.092
Renda da prestação de serviço	29.123	25.850 ⁽⁵⁾	21.003
Outras receitas	1.039	811	808
	<u>192.931</u>	<u>169.799</u>	<u>191.451</u>

As variações nos componentes das receitas foram, principalmente, motivadas por:

- (1) Término da energia adicional em UHE Henry Borden pelo teste flotação
- (2) Início suprimento para distribuidoras de 8 MW médios da 3ª unidade da UHE Porto Góes
- (3) Maior produção na UHE Henry Borden
- (4) Ressarcimento dos disjuntores da SE Henry Borden através de Encargos de Serviços do Sistema.
- (5) Início dos serviços de manutenção das barragens Móvel e da Penha para o DAEE - Departamento Águas e Energia Elétrica

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- A redução do valor recuperável do ativo da UHE Henry Borden, mencionada anteriormente, com impacto de R\$ 61 milhões.
- O término dos testes no sistema de despoluição do rio Pinheiros (flotação) acarretou na redução, a partir de 2009, das receitas pela comercialização da energia adicional na Usina Henry Borden e dos gastos com materiais (produtos químicos) e com serviços de terceiros utilizados para a operação e manutenção do sistema de tratamento das águas.
- O acréscimo verificado em 2010 nas despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos decorre da maior produção de energia na Usina de Henry Borden.
- O aumento da receita de energia de curto prazo a partir de 2010 reflete a recontabilização da energia adicional na Usina Henry Borden, no período de fevereiro a dezembro de 2008, decorrente dos testes realizados no sistema de flotação.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos de suprimento e fornecimento de energia elétrica e de prestação de serviços da Empresa anualmente são corrigidos pela variação do IPCA ou do IGPM

Em 2009, os preços praticados no mercado de curto prazo diminuíram com a melhora nas condições hidrológicas e com a retração no consumo de energia na classe industrial decorrente da crise financeira internacional.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atualização do saldo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. é registrada no resultado financeiro, os contratos de longo prazo com fornecedores de bens e serviços, bem como de empréstimos e financiamento também são indexados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A decisão da Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, de encaminhar ao Ministério de Minas e Energia parecer favorável à prorrogação das usinas hidrelétricas de Henry Borden, Rasgão e Porto Góes da EMAE por 20 anos, também recomenda a extinção da concessão da UHE Izabel, que possui capacidade instalada de 2,64 MW e garantia física de 0,4 MW médios, com reversão dos ativos à União e indenização do saldo imobilizado remanescente, devido à mesma estar inoperante desde julho de 2003 por ruptura de adutora e danos ambientais.

Por outro lado, vale ressaltar que a Lei Estadual nº 14.150, de 23 de junho de 2010, autoriza a EMAE a participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas, abrindo a possibilidade da participação em empreendimentos em parceria com outras empresas, pública ou privada.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída na forma de Sociedade de Propósito Específico a PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, tiveram reflexos significativos em 2008, principalmente em relação ao registro da operação de arrendamento da UTE Piratininga efetuada de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

Em 2009 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis. Em 2010, a EMAE divulgou suas demonstrações financeiras comparativamente a 2009, conforme as normas e interpretações adotadas no processo de convergência das práticas contábeis do Brasil com as normas internacionais.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2010 a Empresa optou por efetuar a baixa de despesas diferidas classificadas como ativo intangível, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. Essas despesas não se qualificam como despesas passíveis de capitalização de acordo com o CPC04 (IAS38);

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM no. 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo não circulante da Empresa.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos últimos 3 anos foram emitidos sem ressalvas

As ênfases foram:

2009

“As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 599.450 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 623.465 mil em 31 de dezembro de 2008), composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações”.

2010

“Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 562.236 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 578.780 mil em 31 de dezembro de 2009 e R\$602.586 mil em 1º. de janeiro de 2009), composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Prorrogação da concessão

Conforme notas 1.2 e 2.5 às demonstrações financeiras, em 5 de novembro de 2009, a Administração da Empresa protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões que detém sobre cinco aproveitamentos hidrelétricos por um período adicional de 20 anos. O prazo regulamentar da ANEEL para manifestação a respeito deste tema vai até o final de maio de 2011. As concessões detidas pela Empresa têm vencimento em 30 de novembro de 2012. Caso a prorrogação dessas concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (concessão onerosa ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia, para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Empresa poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A grande maioria dos dados mais representativos das demonstrações financeiras são apurados e registrados com base em preços, índices de atualização e taxas de juros. No entanto as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para os registros de certas transações e, embora os Diretores acreditem que os julgamentos e estimativas sejam razoáveis, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

A Empresa responde por processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Analisa a existência de evidências de não-realização do valor contábil dos ativos. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ("impairment") para determinar eventual provisão para refletir os saldos contábeis aos valores de realização.

No caso de Plano de Pensão é reconhecido o valor apurado por atuário independente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Empresa utiliza o sistema integrado SAP/R3 que permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas da ANEEL. Além disso, a EMAE mantém, em sua estrutura organizacional, áreas específicas que possuem, entre outras atribuições, avaliar os processos e aprimorar os controles internos existentes para a eliminação ou mitigação dos riscos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O principais pontos levantados e recomendados pelos auditores se referem as seguintes melhorias: sistematizar as avaliações de riscos de fraudes e de controles preventivos e detectivos em nível de atividade; segregação de funções para atividades críticas da Companhia; controles socioambientais referentes a monitoramento dos compromissos socioambientais; mensuração e estabelecimento de políticas e procedimentos para garantir que todas as exigências dos órgãos reguladores sejam atendidas e possibilitar o adequado registro contábil; revisão de obrigações tributárias relacionadas a diferenças temporárias, além de recomendações gerais sobre o ambiente de processamento informatizado de dados como política de segurança das informações, de usos de recursos físicos de informática, de metodologia formal para desenvolvimento de sistemas e de armazenamento das mídias de backup.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

No período não realizamos nenhuma oferta de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável pois, conforme a resposta dada para o item 10.08 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.